



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0012104-87.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **ROGERIO APARECIDO RUSSO e outro**
Requerido: **Alexandre Brassi Teixeira de Godoy e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que os autores alegaram que contrataram os réus para que lhes defendessem em ação de reintegração de posse que foi ajuizada contra os mesmos, pagando importância a título de honorários advocatícios.

Alegaram ainda que os réus não promoveram tal defesa, de sorte que o processo seguiu à sua revelia com a prolação de sentença que acolheu a pretensão então deduzida.

Postulam a condenação dos réus ao pagamento de indenização para reparação dos danos morais que experimentaram.

Os réus em contestação negaram a contratação aludida pelos autores.

Admitiram entendimentos para a propositura de ação de usucapião em favor dos mesmos, acrescentando que no curso dessas tratativas eles fizeram menção a outra ação de reintegração de posse, cujo prazo para contestação já se escoara.

Como esse feito foi sentenciado, um recurso de apelação chegou a ser preparado, mas os autores firmaram declaração dando conta de que não desejavam lançar mão dele.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Destacaram, em suma, que nunca foram contratados pelos autores para defendê-los na referida ação de reintegração de posse e que os valores que receberam – posteriormente devolvidos – atinavam à ação de usucapião que não foi iniciada.

Levando em conta que as partes informaram não ter outras provas a produzir (fls. 78 e 79), a decisão da causa haverá de cingir-se aos documentos amealhados e a análise destes não beneficia os autores.

Com efeito, nada há de concreto a permitir a ideia da contração dos réus especificamente para a prestação do serviço destacado no relato exordial, vale dizer, apresentação de defesa em ação de reintegração de posse contra os autores.

Os recibos de fl. 03 não se prestam a tanto, valendo notar que consta do primeiro que dizia respeito à **propositura** de processo cível, o que diverge do sustentado pelos autores.

Já a declaração de fl. 62, não impugnada em momento algum pelos autores, respalda a explicação dada pelos réus.

Por fim, não consta que eventual contrato de honorários tivesse sido elaborado entre as partes.

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à rejeição da pretensão deduzida.

Os fatos constitutivos do direito dos autores não restaram comprovados por dados consistentes, inexistindo lastro para a convicção segura de que os réus perpetraram ato ilícito passível de render ensejo a dano moral indenizável em prol deles.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 03 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**